

COM A CRUZ EM UMA MÃO E A ESPADA NA OUTRA: possibilidades de ascensão de capelães nas guerras aos holandeses – Notas de pesquisa

Jorge Victor de Araújo Souza *

Resumo: Esta comunicação trata dos capelães que atuaram na guerra da restauração pernambucana, notadamente, os monges de São Bento. O foco é o conjunto de estratégias articuladas por estes religiosos no intuito de ascenderem socialmente.

Palavras-chave: Monges de São Bento – Capelães – Guerra

Abstract: The purpose of this communication points to the chaplains that had taken part on the restoration war in Pernambuco, principally the Benedictin Monks. The main focus is to discuss the strategies those monks had developed in order to ascend socially.

Keywords: Monks of St. Benedict – Chaplains - War

Durante nossa pesquisa¹, precisamente na elaboração de um capítulo sobre o movimento separatista que abalou a Ordem beneditina a partir de 1670, percebemos que alguns envolvidos no evento fizeram parte do esforço bélico movido contra os “hereges holandeses, anos antes. O principal frade “rebelde”, por exemplo, tinha sido atuante capelão-mor nas tropas de João Fernandes Vieira. Em seu encalço, empreendemos análise sobre um grupo pouco estudado, tentando perceber algumas estratégias de ascensão e determinados *habitus* dos religiosos no período de guerra.

Capelão-mor era uma dignidade da Capela Real, que segundo Bluteau os reis de Portugal copiaram dos reis suecos. Ainda de acordo com o dicionarista, era uma grande honra os capelães-mores de Portugal serem sucessores de São Martinho, Bispo de Dume, o primeiro a recebeu esta dignidade (BLUTEAU, 1720:122). São Martinho Dumiense ou de Braga, região onde instalou um mosteiro no século VI, foi um pertinaz combatente contra o arianismo. Vê-se a ligação do posto de capelão-mor com a luta contra as heresias, em uma região de Portugal de onde partia a maioria dos monges enviados para a América portuguesa.

No caso de um capelão-mor presente nas tropas na América portuguesa, percebemos que as principais funções eram: o cuidado com os feridos, oferecimento dos sacramentos em locais de batalha e enterros dos mortos. Mas também não faltam relatos sobre capelães que pegaram em armas durante os combates. O cargo também era remunerado e, por vezes, encontram-se nas documentações cobranças por parte dos religiosos, como a que fez padre

* Doutorando em História na Universidade Federal Fluminense e bolsista CNPq.

¹ *Entre o claustro e o engenho: inserção da Ordem de São Bento na América portuguesa, c. 1580 – c. 1690.*

Amador Antunes de Carvalho que, em 24 de abril de 1643, cobrou em açúcar seu soldo por dez anos de serviços (AHU-BA, doc. 32977).

Já Frei Manoel da Silveira pertencia ao terço do Mestre de Campo André Vidal de Negreiros e, em 1651, empreendeu esforços para que reconhecessem os privilégios de que se dizia merecedor. Através da documentação reunida pelo Conselho Ultramarino pode-se notar como se constituiu sua rede relações e as tensões por ela geradas. O beneditino afirmou que foi provido do cargo por Francisco Ramalho, mestre de Campo de Pernambuco, ato este que foi referendado pelo Governador do Brasil, o Conde de Castelo Melhor. Frei Manoel pedia: “Sua Majestade lhe faça mercê mandar lhe passar carta da propriedade do dito cargo em seu Real nome” (AHU-PE. Doc. 70588). Todavia, um impedimento foi apresentado por parte de frei Bernardo de Braga, Provincial dos beneditinos e um dos únicos membros da Ordem a escrever sermões ligados a Restauração portuguesa. Frei Bernardo também era estimado pelos “principais” da capitania, não por acaso, foi ele quem orou nos “Sentimentos Públicos de Pernambuco na morte do Sereníssimo Infante D. Duarte. Assistindo o Mestre de Campo General de todo o Estado do Brasil Francisco Barreto, Governador de Armas desta capitania, com a Câmara e mais nobreza na Igreja de Nossa Senhora de Nazareh, quarta feira, seis de abril de 1650” (BNRJ. OR. Loc. 24,5,11). Em uma censura lida e publicada diante dos religiosos em Serinhaem, em 12 de agosto de 1651, frei Bernardo acusava frei Manoel de apostasia, isto é, de ter se afastado da religião e de ter realizado atos de rebeldia aos seus superiores. Por isto, o religioso estava proibido de celebrar missas e dar assistência aos fiéis (AHU-PE. Doc. 70588). Ainda segundo o relato, frei Manoel causou confusão no engenho de Iguassu, pertencente ao Mosteiro do Rio de Janeiro. Em seguida fugiu para a Bahia e foi a partir deste momento que passou a dizer que era capelão. Estava, no início da década de 50, sob “as parciais de seu humor que mudavam a todo momento” e que o levaram ao Reino.

Em 1652, o Conselho Ultramarino mais uma vez se ocupava de questões relativas ao insistente capelão. Informava que frei Manoel

diz que havendo quatro anos que servia de Capelão mor do terceiro Mestre de Campo André Vidal de Negreiros na Capitania de Pernambuco se foi forçado chegar a este reino, onde lhe veio a notícia que por ordem do seu geral se lhe impedia a confirmação, e continuação do dito cargo, ao qual ele frei Manoel, recorreu, e mostrando-lhe sua razão alcançou de a patente que oferecia para se poder embarcar para o Arraial de Pernambuco, e continuar o serviço de Deus e de V. Majestade (AHU-PE - Doc. 70595).

Segundo frei Manoel, “os oficiais e pessoas nobres de Pernambuco” cobravam que apresentasse a mercê que lhe fora prometida. Mas, novamente um de seus superiores

interferiu no assunto. Desta vez a interposição veio do próprio Reino. Escrevendo de Tibães, em 29 de março de 1652, e assinando como “Geral dos Bentos”, frei Francisco dos Reis detalhou a situação, comprometendo frei Manoel da Silveira. De acordo com o abade Geral da Congregação, frei Manoel se firmara em suas relações com pessoas poderosas e qualificadas de Pernambuco, como o Mestre de Campo André Vidal de Negreiros, Francisco Barreto, o Conde de Castelo Melhor e integrantes da Câmara, para desta forma agir sem nenhuma obrigação para com sua Ordem religiosa.

Em 21 de novembro de 1656, logo após a guerra restauracionista, o rei fazia saber “que por estar vago o cargo de capelão-mor do terço de André Vidal de Negreiros e convir prover-se em pessoa de merecimentos, virtude e suficiência tendo respeito a estas boas partes concorrem em frei Manuel da Silveira”. Em sua mercê, o rei informava que frei Manuel estava “com licença de seus prelados”, sinal de que suas relações com as autoridades da capitania de Pernambuco foram mais fortes do que a hierarquia de sua Ordem religiosa (IHGB – AHU – 1.2.14. fls. 172-172v).

O último vestígio de frei Manoel é datado em 18 de outubro de 1664. Trata-se de um recibo, por ele assinado, onde somos informados que lhe foram pagos 16\$000 réis a mando do Governador Francisco Barreto pelos meses em que serviu no terço do Mestre de Campo D. João de Souza (MELLO, 1858, p. 243). Aparentemente o beneditino conseguiu seu intento pertencendo também a outro terço.

Na historiografia que tenta abarcar a cultura política do Antigo Regime apenas uma ordem religiosa ganha destaque como articuladora de decisões e geradora de alocuções políticas – a Companhia de Jesus. O número de sermões carregados de discursos políticos que os padres inicianos produziram no período pós-restauração portuguesa é realmente significativo, superando a produção de outras ordens religiosas. Não é o caso de colocar em xeque a importância dos inicianos nas tramas políticas do Império português. Porém, ao refinarmos as investigações e focarmos além da produção de discursos, as ações de membros de distintas ordens religiosas, outros quadros de atuação podem ser formados. É o caso da participação dos beneditinos na “guerra da liberdade divina”. É o caso de frei Estevão de Jesus.

Em março de 1644, um ano antes do início da derradeira guerra contra os holandeses, o Conselho Ultramarino avaliou a petição do beneditino frei Estevão de Jesus, que se apresentava como procurador de Pernambuco em nome da nobreza e da Câmara. Trazendo suas felicitações pela aclamação do rei, frei Estevão dizia ter notícias sobre a situação da ocupação holandesa e da possível saída do Conde de Nassau para Holanda, o que de fato

ocorreu dois meses depois. O referido frei informava sobre a formação de um possível levante, onde se encarregaria da munição e atuaria como articulador, em troca, queria uma mercê. Mas as ambições do beneditino pareciam não ter limites, solicitava “apenas” o cargo de “administrador geral de toda gente de guerra do Brasil”. O monge alegava que queria tal cargo “para que assim seja [fosse] mais respeitado da gente militar em cuja companhia a de andar” (AHU-PE, doc. 33018).

Frei Estevão almejava angariar “autoridade” com sua mercê, apontando a importância de um cargo desta monta em uma ascensão que parecia correr paralela a sua atuação na Ordem. O religioso chegou a dizer que merecia os mesmos privilégios que os franciscanos frei Melchior dos Reis e frei Matheus de São Francisco. O primeiro detinha o cargo de Capelão-mor do Terço da Armada, enquanto o segundo, além deste posto, era também Administrador Geral do Exército no Alentejo e em Pernambuco, terminando sua carreira como Bispo de Meliapor, São Tomé e Angola, morrendo em 1663. Frei Matheus de São Francisco foi um dos religiosos citados por Francisco de Brito Freyre em suas narrações da guerra. O religioso é descrito em 1633 como Capelão do terço de Portugal, não tendo ainda assumido o posto de Bispo. Possivelmente seus feitos na guerra, quando “vendo-se entre os holandeses, levantou uma espada do chão e pelejando assinaladamente, lhe deram algumas balas sem o ferir”, foram fundamentais para sua ascensão a outra dignidade eclesiástica de *status superior* (FREYRE, 1977: 267).

Frei Estevão, apesar do deferimento do Conselho, não alcançou o que desejava, pois morreu logo depois de sua petição. Como se percebe, o beneditino queria ascender em sua carreira como os religiosos por ele citados. Mas quem ascendeu foi seu companheiro, frei Inácio de São Bento, que levou pessoalmente o aviso do rei D. João IV a João Fernandes Vieira, iniciando a “guerra pela liberdade divina”. Por este serviço, segundo o próprio capitão-mor, o beneditino conseguiu o posto de bispo em Angola. Pode-se inferir o que significou para os demais membros da Ordem saberem que a guerra pela restauração pernambucana teve como elemento chave dois companheiros de hábito, sendo que um deles conseguiu sagrar-se bispo.

Essa incessante busca de prestígio por parte dos clérigos, não passou despercebida pelos contemporâneos. A procura de ascensão dos regulares é bem expressa em uma frase do historiador e poeta português Manuel de Faria e Souza: “Las religiones que fueron instituidas para que los hombres deixassem el mundo son aora más buscadas de aquellos que no teniendo nada en el andan buscando adonde tengan algo” (FARIA Y SOUZA, 1673: 383).

O período da Insurreição pernambucana possibilitou a formação de laços entre os que ocupavam o cargo de capelão e os líderes do movimento restauracionista. A “soberba” dos que usavam batina aparece como uma das causas destes laços, como ocorreu com frei Manoel da Silveira. Foi também o caso, pesquisado por Ronaldo Vainfas (2008), do jesuíta Manoel de Moraes, capelão que por tanto se fiar em suas amizades com poderosos, passou de aliado a traidor dos portugueses. A linha entre a lealdade e a traição era muito tênue em períodos de colapso, momentos em que proliferavam as crises de autoridade. Esta configuração é essencial para compreendermos as estratégias formuladas por frei João da Ressurreição, que entre outras posições ocupou também a de capelão.

“Levantando poeira” ou a ascensão de um monge

De acordo com Evaldo Cabral de Mello, “quem melhor encarnou no imaginário nativista o clérigo belicoso, de armas em punho a bater-se contra os invasores hereges, foi o beneditino pernambucano, frei João da Ressurreição” (MELLO, 1997: 234). Na realidade, o religioso não era pernambucano, mas natural da Bahia e filho de “pais nobres”².

Frei João ocupou diversos cargos. Foi Procurador do Mosteiro de São Paulo, em 1631, Prior do Mosteiro do Rio, em 1639, Presidente do mesmo, em 1640, Procurador da Província em Lisboa, no ano de 1642, e Companheiro e secretário do Provincial João da Vitória, em 1644. Esse último cargo o situou ao lado de um homem descrito como “um dos que presumem ostentar onipotentes e absolutos, assombrando com tirania aos religiosos para, a poder de afrontas, injustiças e exorbitâncias, removerem os impedimentos e lograrem os efeitos de seus empenhos” (*Apud.* ENDRES, 1980: 271). Anos depois, as autoridades da Congregação beneditina aplicariam estes qualificativos a frei João da Ressurreição. Em 7 de outubro de 1645, seu nome aparece na lista de eclesiásticos que participaram da aclamação do governador nas preparações para a derradeira guerra aos holandeses. Neste momento sua posição é apresentada como “Capelão-mor das estâncias e infantaria da empresa da liberdade” (CALADO, 1987:92). Mas quem na Ordem beneditina autorizou frei João a atuar como capelão?

O indício é dado pela Crônica do Mosteiro de Olinda: “Talvez concorresse para esta liberdade [do jugo holandês] e certamente não fez pouco em dar um capelão para o exército que foi frei João da Ressurreição, vulgo poeira” (ANUNCIACÃO, 1940: 64-65). O cronista

² Verificamos a naturalidade de frei João entre as cartas de profissão existentes no Arquivo do Mosteiro do Rio de Janeiro. Cartas de profissão, Álbum I, carta nº 19, 1624.

beneditino frei Miguel Arcanjo da Anunciação referia-se à confirmação do posto instituída por frei Diogo da Paixão Rangel após a primeira autorização dada por frei Anselmo da Trindade. Frei Diogo era antigo companheiro de noviciado de frei João e articulador das primeiras tentativas separatistas dos monges da Província do Brasil.

Sobre frei João, o conhecido cronista da Insurreição pernambucana, o beneditino frei Raphael de Jesus teceu linhas bastante elogiosas em seu *Castrioto Lusitano*. Através de informações desta coletânea de panegíricos fica-se a par que frei João foi escolhido pelo provincial para acompanhar o abade de Olinda, frei Anselmo da Trindade, que ocupava o engenho Mussurepe. Frei Raphael afirma que os dois religiosos não tiveram muitas complicações, até o início da chamada insurreição, quando foram expulsos de suas terras. Quem os abrigou com “agrado e respeito” foi ninguém menos que um dos líderes da Restauração Pernambucana, João Fernandes Vieira. A ele, frei João juraria lealdade em combate, intenção que em geral transborda na retórica dos relatos sobre a guerra. Considerando o relato de frei Raphael de Jesus, o beneditino comportou-se exemplarmente em campo de batalha, fazendo cumprir seu juramento e dando exemplos de conduta, como na ocasião em que foi ferido na perna e no pé por duas munições: “não se retirou do campo de batalha, antes com mais ardor e zelo animou o exercício do seu ministério religioso e patriótico, até que a vitória foi proclamada pelos nossos” (JESUS, 1894: 306). Nesta situação era o primeiro que “acodia a confessar como sacerdote, a ferir como soldado e animar como capitão” (COUTO, 1981: 296). Seu grito de guerra originou o estranho apelido de “frei Poeira”. Durante os embates animava a tropa gritando: “tende a Deus no coração e a tudo mais vá numa nuvem de *poeira*”³.

Mas foi frei Manuel Calado quem deu os melhores detalhes da atuação do beneditino, porque segundo o autor do *Valeroso Lucideno*, padre frei João, “merece melhor que muitos” (CALADO, 1987: 9). A narrativa de Calado é tida como uma das mais importantes da Insurreição pernambucana, porque foi escrita no calor dos embates. A obra foi publicada em 1648, mas sua divulgação só foi permitida em 1667. Segundo Calado, foi o abade frei Anselmo quem subornou um holandês com quatro caixas de açúcar, conseguindo assim sair do Arrecife e se abrigar no mato junto com outros beneditinos, dentre eles frei João. Nesse ínterim,

³ Gonsalves de Mello observou que o primeiro a utilizar a alcunha “O Poeira” para denominar frei João foi o cronista beneditino frei Bernardo da Encarnação, no início do século XVIII (MELLO, 1986: 34).

o capitão-mor João Blar, chegou a Mussurepe, e roubou aos padres de São Bento tudo o quanto possuíam, até os ornamentos ricos do Convento, que haviam escapado na tomada de Pernambuco; então fugiu o padre frei João com seu companheiro, e veio de mato em mato sem saber caminho, até que o guiaram aonde estava o Governador João Fernandes Vieira, e o acompanhou na bateria das tabocas, e enquanto ela durou sempre este dito padre frei João andou entre as emboscadas, e lugares perigosos, aonde estava pelejando a nossa gente, confessando aos necessitados de confissão, e metido por entre as balas sem temor algum, animava de sorte aos nossos soldados, que não sei se diga mais parecia valoroso Capitão do que humilde religioso, e acabada a bateria, que foi de noite fechada, foi visitar as emboscadas com muito valo (CALADO, 1987:20-21).

Não obstante os típicos exageros contidos no gênero de escrita dedicado aos feitos de guerra, deve-se levar em consideração o quanto era importante, em uma sociedade com relações regidas por uma economia de mercês, ter os atos narrados como citado e como o que segue:

E não é bem que passe por alto o padre frei João da Ressurreição Religioso da Ordem de São Bento, o qual nos mais perigosos, e arriscados lugares acudia a confessar os feridos com tão pouco temor da morte como se fora de bronze. Não é isto desdourar o zelo, e caridade dos dois padres da Companhia Francisco de Avelar e João de Mendonça, os quais neste dia fizeram sua obrigação com muito fervor: porém entre todos os Sacerdotes o que mais se esmerou, arriscou, e trabalhou foi o dito padre João. E isto é tão claro como a luz do dia (calado, 1987:135).

Frei Manuel Calado não era da mesma Ordem religiosa de frei João, portanto não nos parece que era comprometido com o enaltecimento de um irmão de hábito. No trecho citado há uma exaltação não só aos atos individuais de um clérigo belicoso, mas da própria Ordem de São Bento em comparação com a Companhia de Jesus, através do cotejamento da atuação de seus membros.

De acordo com a narrativa do *Castrioto Lusitano*, frei João teve importante papel no desfecho da guerra aos holandeses, indo pessoalmente a Lisboa dar a notícia da vitória a Sua Majestade, em 1654. Um acidente com a nau que levava André Vidal de Negreiros fez com que frei João da Ressurreição, que seguia em outra embarcação, adiantasse em um dia a tão esperada notícia. Segundo frei Raphael, foi João Fernandes Vieira quem enviou o beneditino para Portugal junto com André Vidal, “interessado que sua Majestade premiasse os grandes serviços de tal religioso, muitas vezes referido no discurso desta história” (JESUS, 1894: 601). Um beneditino iniciou a guerra e outro a encerrou. Vê-se que o monge não escapou à lógica que regia as trocas e relações no Antigo Regime, ou seja, a economia de mercês, pois havia prestado serviços aquilatados em períodos de guerra e queria colher as benesses de seus esforços (MONTEIRO, 2005:10). Um comportamento como o do beneditino se coaduna com lógicas de vinculação baseadas em promessas de premiações, pois, como destacou Ronald

Raminelli, “as trajetórias individuais permitem vislumbrar a dinâmica entre serviços e recompensas entre centro e periferias no mundo ibérico” (RAMINELLI, 2008:31).

Que mercê poderia esperar um religioso de São Bento? Domingos Loreto Couto, que no seu *Desagravos do Brasil* dedicou algumas linhas a seu irmão de hábito, afirma desconhecer se os serviços de frei João foram remunerados com alguma mercê (COUTO, 1981: 296).

Frei João da Ressurreição mostrou-se preocupado com sua família além dos muros do mosteiro. Seu pedido, acompanhando uma lógica comum de auxílio à parentela, foi para suas duas sobrinhas. Em 23 de abril de 1655, pouco tempo depois de seus “feitos”, frei João solicitou mercês para “bem casar” as duas. Foi atendido em 14 de agosto do mesmo ano. Segundo a promessa, teria 30\$000 de pensão efetiva em uma das comendas da Ordem de Avis para quem casasse com uma de suas sobrinhas e seria agraciado também com um Alvará de lembrança de Ofício da Justiça, fazenda ou guerra para quem se casasse com a outra. Esta última mercê nem sempre era recebida (ALBUQUERQUE, 1968: 65). Até o momento pode-se apurar que sua sobrinha Maria de Vasconcelos foi quem ficou com a segunda mercê. Para angariar tais prêmios, frei João recordou seus feitos nas duas guerras dos Guararapes entre 1648 e 1649 e da companhia que fez junto ao “Mestre de Campo André Vidal de Negreiros nas jornadas que fez a Paraíba a impedir aos holandeses a fábrica de açucares e mantimentos” (AHU, cód. 83, fl. 88/88 v e 102).

Após a guerra holandesa, os principais cargos disputados estavam na África portuguesa, mais precisamente as ocupações civis e religiosas em Angola (ALENCASTRO, 2000: 303). Atuando em território africano estava frei João da Ressurreição, devidamente agraciado com o posto de capelão-mor das tropas de João Fernandes Vieira, que governou Angola entre 1658 e 1661 (MELLO, 1956: 170).

Havia a possibilidade do religioso se tornar um sarabaíta, um monge que vivia sem nenhuma regra, ou mesmo um errante, um girovágo, algo que iria contra os preceitos de São Bento? A quem frei João da Ressurreição devia obediência: a algum abade da Congregação ou ao capitão-mor? A estabilidade prometida à Congregação da Ordem beneditina ficava comprometida mediante um pacto que garantia ao monarca súditos leais em terras distantes e que abrangia o território ultramarino? São algumas questões suscitadas pela condição de frei João e de outros capelães do clero regular. É bem possível que estes questionamentos perturbassem as autoridades beneditinas da Congregação em Portugal.

Considerações finais

É possível destacar que no século XVII, principalmente no período da Restauração pernambucana, configurou-se um importante espaço social nos campos de batalha, onde valores como “lealdade”, “coragem” e “companheirismo” poderiam posteriormente ser revertidos em benesses. Um bom exemplo é dado pela trajetória de frei João da Ressurreição. Sua atuação na “Insurreição pernambucana”, quando experimentou as benesses de uma economia das mercês, deve ser levada em consideração para melhor entendimento de seu afã no movimento separatista beneditino. Frei João vivenciou uma situação que exigia tomadas decisórias extremamente importantes, assim como a capacidade de tecer estratégias. Enfim, em momentos de crise, frei João ocupou duas posições de uma sociedade trinitária – *oratore* e *belatore*. Em sua trajetória conviveu com homens de determinados *status*, como João Fernandes Vieira e até mesmo, levando em consideração o relato de frei Raphael de Jesus, esteve na corte, dando uma importante notícia ao rei. Pode-se conjecturar que acreditava ser devidamente recompensado por seu “passado de glórias”. Acreditava que merecia privilégios, assim como todos os que “julgavam haver merecido a gratidão imorredoura da Coroa por um êxito que alegavam alcançado à custa do seu sangue, vidas e fazendas” (MELLO, 1997: 129). Voltar à América portuguesa e ocupar um posto de simples mordomo em sua ordem religiosa após ser capelão-mor em Angola não estava em sua expectativa. Mas a situação de guerra em que esteve envolvido já não existia mais e o posto de abade estava vedado aos nascidos no Brasil. Diante desta configuração, frei João se tornaria um “rebelde”. Almejando uma posição na Ordem beneditina, liderou um movimento para estabelecer eleições de abades na Bahia, à revelia do que ditava as normas da Congregação.

Referências

AHU – Bahia – Lusitânia. Doc. 32977. Carta do padre Amador Antunes de Carvalho para S. Majestade que serviu dez anos de Capelão-mor do exército e pede o seu soldo em açúcar.

AHU-Pernambuco. Doc. 70588. 3 de Novembro de 1651. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, sobre o requerimento do frei Manoel da Silveira, religioso da ordem de São Bento, em que pede carta de propriedade do cargo de capelão mor do Terço do mestre de campo André Vidal de Negreiros.

AHU-Pernambuco - Doc. 70595. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, sobre o requerimento do religioso da Ordem de São Bento, frei capelão mor de um Terço na capitania de Pernambuco, Manoel Silveira, pedindo confirmação de carta patente.

AHU-Pernambuco. Doc. 33018. 18 de março de 1644. Consulta ao Conselho Ultramarino sobre o padre Estevão que pede o cargo de administrador geral da gente de guerra do Brasil.

IHGB – AHU – 1.2.14. fls. 172-172v.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Seção de Obras raras – Loc. 24, 5, 11.

Documentos relativos a Henrique Dias, seu terço, capitães e soldados. MELLO, Antônio Joaquim de. *Biografia de alguns poetas, e homens ilustres da Província de Pernambuco*. Recife: Typographia Universal, 1858. Vol. II. p. 243.

ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier. *A remuneração de serviços da Guerra holandesa*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1968.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, 2000.

ANUNCIACÃO, Frei Miguel Arcaño da. *Crônica do Mosteiro de São Bento de Olinda até 1763*. Pernambuco: s/Ed. 1940.

BLUTEAU, Rapahel. *Vocabulário português e latino*. 1720. Tomo V.

CALADO, Manuel. *O Valeroso Lucideno*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987. 2 Vol.

COUTO, Domingos Loreto. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

FARIA y SOUZA, Manuel de. *Epítome de las Histórias portuguesas*. Lisboa: Oficina de Francisco Villela. 1673.

FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitania*. História da Guerra Brasílica. Recife: Secretária de Educação e cultura, 1977.

JESUS, Raphael de (OSB). *Castrioto Lusitano ou História da Guerra entre o Brasil e a Hollanda*. Paris: S/Ed. 1894.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio*. O imaginário da restauração pernambucana. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *José Fernandes Vieira, mestre de campo do terço de infantaria de Pernambuco*. Recife, 1956. Vol. 2.

_____. O Mosteiro de São Bento e seus cronistas. In: *Benedictinos em Olinda, 400 anos*. São Paulo: SAMBRA, 1986. (27-39)

MONTEIRO, Nuno Gonçalves. O “ethos” nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack Brasiliense*, nº 2, Novembro, 2005.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: Monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.